

## **Estados turbinam importações**

*Eliane Oliveira e Martha Beck*

### *Importação com incentivos chega a dobrar em estados*

Em 2010, o total importado pelo Brasil avançou 42,2%. Já os gastos no exterior incentivados com autorização do Rio Grande do Norte subiram 112,9%; Geará, 76,1%; Pernambuco, 65,7%; Paraná 45%; Santa Catarina, 64,3%; Amazonas, 59,3%; Alagoas, 120%; e Rio, 43,1%.

São diversos os segmentos que se dizem prejudicados, com destaque para o siderúrgico, o calçadista, o têxtil e o de máquinas. As assimetrias entre as unidades da Federação, diz a Confederação Nacional da Indústria (CNI), estão no limite. Tanto é que, no fim de 2010, a entidade entrou com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os governos do Paraná e de Santa Catarina Flávio Castelo Branco, economista-chefe da CNI, lembra que, como reduções de ICMS precisam ser aprovadas por unanimidade pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), os estados usam como artifício o diferimento. Ou seja, adiam a cobrança do imposto e, em muitos casos, ainda concedem financiamentos com juros baixos para as empresas pagarem essas taxas.

Nosso setor sofre tremendamente com a guerra fiscal, principalmente em relação aos estados, que chegam ao cúmulo de dar diferimento de ICMS para produto importado. Em Pernambuco, por exemplo, se você comprar uma máquina importada pelo Porto de Suape, o governo local descontará o ICMS — disse o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, acrescentando que 90% da produção de máquinas estão no Sul e Sudeste do país.

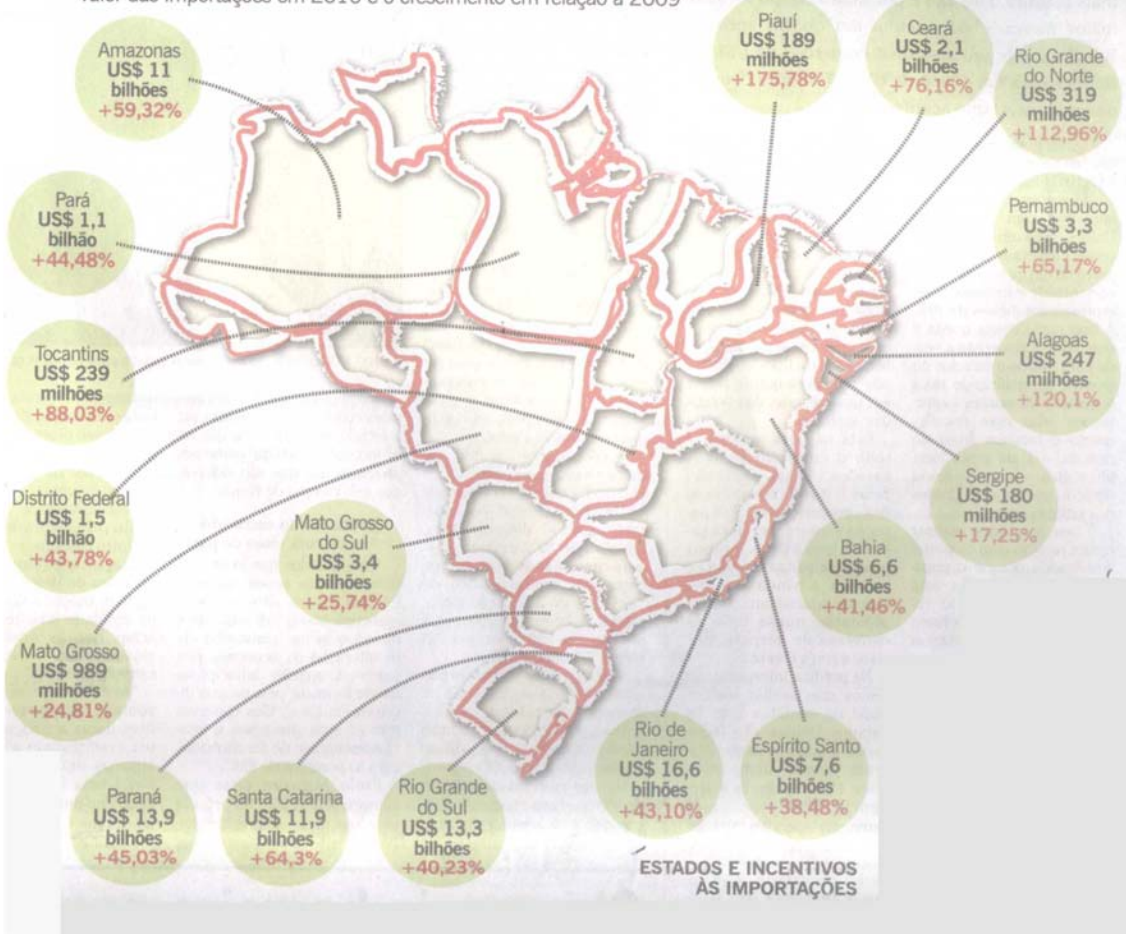
Segundo Marco Polo Mello, presidente-executivo do Instituto de Aço Brasil (IABr), um estudo da entidade mostra que a fatia de importados no consumo nacional de produtos siderúrgicos subiu para 20% em 2010, quando o índice histórico é de 4% a 6%. Já os dados da Fiesp mostram que nas importações feitas pelo Porto de São Francisco do Sul, por exemplo, as compras de laminados planos de ferro ou aços saltaram de US\$ 148 milhões em 2009 para US\$ 747 milhões em 2010, o que representa alta de mais de 400%.

A guerra fiscal não está atraindo empreendimentos. Só está ajudando o importador — afirmou Mello. Em Santa Catarina, por exemplo, há o programa Pró-Emprego. Só se for na China, porque no Brasil não é isso que ocorre.

Para o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, há concorrência desleal não com outros países, mas contra o próprio Brasil. Ele lembrou que, se antes os incentivos eram para atender a empresas comerciais, agora a indústria também passou a usar o mecanismo para importar.

Está sendo criada uma desproteção para a indústria nacional — disse.

### Valor das importações em 2010 e o crescimento em relação a 2009



A utilização deste artigo é exclusiva

## IMPORTAÇÕES DOS PRINCÍPAIS PORTOS QUE RECEBEM INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS

### ESTADOS E INCENTIVOS ÀS IMPORTAÇÕES

PR	Suspensão do pagamento do ICMS em portos e aeroportos, para matérias-primas, bens intermediários e material de embalagem
SC	Diferimento do ICMS (instrumento pelo qual os estados adiam a cobrança do imposto devido) via programa Pró-Emprego para insumos e mercadorias comercializados pela empresa importadora
RS	Diferimento do ICMS para máquinas e equipamentos, assim como acessórios e ferramentas que os acompanhem
RJ	Diferimento do ICMS pelo programa Riotêxtil para máquinas e equipamentos adquiridos ou importados no estado
ES	O ICMS é financiado na importação de insumos e bens de capital pelos programas Invest-ES e Fundo de Atendimento das Atividades Portuárias (Fundap)
SE	Importação de insumos, bens de capital e embalagens sem ICMS pelo Programa de Desenvolvimento Industrial
BA	Diferimento do ICMS para bens de capital, partes, peças e químicos
CE	Diferimento do imposto por meio do Programa de Incentivo às Centrais de Distribuição de Mercadorias
RN	Regime especial de tributação aos contribuintes atacadistas, com alíquota reduzida em até 6%
PE	Programa de Desenvolvimento com incentivos fiscais à indústria e ao comércio, incluindo ICMS menor para importação
AL	Programa de Desenvolvimento Integrado, para atrair indústrias e estimular implantação de incubadoras com ICMS menor
AM	Diferimento do ICMS para importação de matérias-primas e itens intermediários usados em calçados, vestuário e enfeites natalinos
RR	Importação de mercadorias estrangeiras efetuadas por empresas de Bonfim e Pacaraima com benefícios fiscais
PA	Isonção do ICMS na importação de máquinas e equipamentos
TO	Diferimento do ICMS na importação de matérias-primas, semielaborados e acabados via Programa Prosperar Pioneiro
MT	Diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial
DF	Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo, com ICMS menor na importação de mercadorias
MS	Importação de bens com ICMS reduzido via Programa de Fomento à Industrialização

#### Itajaí (SC)

2005 US\$ 1,1 bilhão +545%

2010 US\$ 7,1 bilhões

Principais produtos importados  
Fios de fibras têxteis e sintéticas, polímeros de etileno e propileno e pneumáticos

#### São Francisco do Sul (SC)

2005 US\$ 900 milhões +377%

2010 US\$ 4,3 bilhões

Principais produtos importados  
Ácidos carboxílicos, gás propano liquefeito, motores, geradores e transformadores

#### Suape (PE)

2005 US\$ 500 milhões +600%

2010 US\$ 3,5 bilhões

#### Paranaguá (PR)

2005 US\$ 3 bilhões +236%

2010 US\$ 10,1 bilhões

Principais produtos importados  
Automóveis, cloreto de potássio e partes e peças de automóveis e tratores

#### Vitória (ES)

2005 US\$ 4,3 bilhões +109%

2010 US\$ 9 bilhões

#### TOTAL EM 2010

US\$ 34 bilhões +247%

**Governo poderá usar Receita para atenuar guerra fiscal**

*Eliane Oliveira e Martha Beck*

*Para minimizar efeitos sobre balança comercial, alternativa é mudar regulamento aduaneiro que libera produtos*

Uma das alternativas em estudo no governo para minimizar os efeitos da guerra fiscal sobre a balança comercial é alterar o regulamento aduaneiro para que a Receita Federal só libere importações de produtos sobre os quais o ICMS foi devidamente recolhido. Segundo técnicos, como um dos instrumentos usados pelos estados para atrair empresas é adiar o pagamento do tributo (diferimento), essa medida seria uma forma de impedir a prática.

Eles admitem, no entanto, que a saída é paliativa porque os governos estaduais não chegam a um acordo sobre o assunto e sempre buscam outras formas de estimular investimentos. Além disso, embora essa hipótese não esteja descartada, há dúvidas, entre integrantes da área econômica e especialistas, se os governos estaduais não tentarão derrubar a medida na Justiça, alegando terem autonomia constitucional. Por isso, o tema é analisado com cautela.

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e secretário de Fazenda da Bahia, Carlos Martins, admitiu ao GLOBO que os incentivos dos estados para empresas usarem suas estruturas portuárias para importar mercadorias é um novo capítulo da guerra fiscal.

É uma nova modalidade da guerra fiscal que é extremamente nociva à indústria nacional — disse, lembrando que só uma reforma tributária resolverá o problema.

Segundo Martins, o assunto já foi tratado em reuniões do Confaz (que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados), mas não se chegou a um acordo:

A solução seria fechar um convênio entre os estados (para uniformizar a cobrança do ICMS sobre importações), mas isso já foi tentado sem sucesso. Os estados têm autonomia em políticas de desenvolvimento regional.

*Para Pernambuco, estados do Nordeste tentam mitigar os efeitos das desigualdades*

Já o procurador-geral de Pernambuco, Thiago Norões, refuta a ideia de que os incentivos são parte da guerra fiscal e disse que a situação só mudará com a reforma tributária. Segundo ele, a maioria dos produtos importados pelas firmas via Pernambuco são máquinas e matérias-primas para desenvolver manufaturados no Brasil:

Os estados do Nordeste usam instrumentos legítimos para mitigar os efeitos das desigualdades regionais. A Fiat está instalando uma fábrica em Pernambuco, quando seria mais natural ficar no Sudeste. Isso é importante para a geração de empregos e movimentar a economia local.

O secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio, Júlio Bueno, disse que os incentivos são importantes para gerar empregos e melhorar a produção. Mas reconheceu que a questão é complexa. O secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, disse que o governo paranaense concorda negociar um pacto nacional.

Incomodado com a guerra fiscal, o governo paulista assegurou que os estados que dão tratamento diferenciado do ICMS estão em desacordo com a legislação. E destacou a queda da fatia de estados no aumento global de importações. São Paulo, por exemplo, caiu de 40,1% em 2007 para 37,3% em 2010.

**Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 13 fev. 2011, Economia, p. 29.**